

Arte, Tecnologia & Energia

DELGADO, Marcus. "Arte, Tecnologia & Energia". Agência CanalEnergia. Rio de Janeiro, 04 de maio de 2020.

Nesses dias que antecederam minha chegada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE fui agraciado com uma videoconferência preparada por diversos profissionais da entidade. Essa equipe conseguiu uma rara combinação de contextualização e de aplicação e, ainda, com diletantismo revelado em artes abstratas nos slides que contrastaram elegantemente aos tradicionais ícones, gráficos e desenhos comumente utilizados em nosso setor.

Aquilo me fez recordar algumas passagens e volições do Renascimento. Até então, os artistas pictóricos daquela época preparavam o estuque – uma massa de gesso e pó de mármore – e faziam nele a sinapse do desenho, uma espécie de croqui. Feito isso, as pinceladas eram ligeiras e deveriam ser concluídas antes que aquela argamassa secasse, caso contrário a tinta não sedimentaria. Daí, termo “afrescos”. Com o advento da tinta a óleo, os artistas dispuseram de novas matizes, da possibilidade de elaborar brilhos e sombras, mas principalmente do tempo para “dialogar” com suas próprias obras e, dessa forma, dar-lhes “sentimentos” como sopros divinos. Eis um singelo exemplo em que o avanço da tecnologia, a tinta a óleo, dinamizou as capacidades humanas e permitiu suas expressões mais profundas por meio das artes.

Até então, naquele velho mundo, as relações mercantis eram basicamente dos produtos agrícolas e dos artesãos. O escambo era a natural forma de valoração, pois tinha-se o conhecimento da habilidade, dos insumos e do tempo dedicado para a respectiva produção e, por isso, uma noção do valor justo para as trocas. Não obstante, com o florescimento do comércio para além dos muros feudais, interligando burgos, mas principalmente pelas expedições ultramarinas, novas mercadorias apareceram. O valor justo sucumbiu ao preço de mercado, constituído por uma combinação de valor subjetivo do interessado na aquisição do bem e do senso de oportunidade do mercador.

De fato, o preço de mercado substituiu o preço justo por uma assimetria de informação como é atualmente convencionada essa circunstância. Entretanto, talvez Leo Huberman, em *A História da Riqueza do Homem*, não tenha percebido que isso não seria uma evidência de que o mercado amplo fosse contraproducente, mas que necessitaria de condições para que pudesse promover a eficiência econômica em suas diversas dimensões à sociedade. Nesse quesito, a tecnologia surge como meio para empalar essa barreira.

A tecnologia, em sua essência, acelera aquilo que os humanos fazem e sempre fizeram, desde a primeira invenção: a roda. Se fazemos bom ou mau uso da tecnologia é fruto do juízo que constitui nossas avaliações e decisões que se moldam pela informação, experimentação, padrões éticos e culturais, mas principalmente pelo pensamento reflexivo e não refratário como observado em debates superficiais e planos.

Nesse contexto, a abertura do mercado livre de energia surge como oportunidade para agentes empreendedores e opção para consumidores e, futuramente, para prosumidores. Para tanto, o desenvolvimento sadio e sustentável do mercado livre, inclusive, com a inserção de recursos energéticos distribuídos (RED) depende do equilíbrio entre liberdade e responsabilidade. Essa última, no tocante a garantir a confiabilidade e adequabilidade do suprimento de energia que, por sua vez, é um bem público de interesse do ambiente de comercialização livre e regulado de energia elétrica.

O mercado competitivo e seus benefícios estruturais se materializam pela inovação e não por isenções e desonerações que, ao cabo, selecionam alguns ao custo de onerar outrem. Se políticas de subsídios e incentivos foram outrora necessárias para superar imperfeições de mercado é importante, no presente, aferir seus resultados para afastar ineficiências na dimensão econômica e, por fim, se já alcançaram a almejada sustentabilidade econômica, a recalcitrante postergação dessas políticas resta em injustiças na dimensão social. Essas e outras questões foram tratadas, em mais detalhes, nos artigos da série “Ordem para o Progresso” que teve como objetivo trazer reflexões dos primórdios do liberalismo social, cultural e econômico às inquietudes contemporâneas sobre a retomada da abertura do mercado livre de energia elétrica em nosso País.

A CCEE tem papel fundamental na operacionalização da abertura do mercado livre de energia como provedor desse ambiente de negócios. Para tanto, deve preservar a Ordem para manter elevados padrões de governança organizacional, bem como para monitorar e afastar práticas anticompetitivas objetivando proteger agentes e a credibilidade do próprio mercado; desenvolver a Tecnologia para oferecer informação ágil, transparente e segura aos participantes do mercado; e lidar com Arte para inspirar, motivar, desenvolver e gerir nossos colaboradores.

Estou muito honrado em participar dessa instituição, em lidar com renomados profissionais e motivado em contribuir para o Progresso do nosso setor de energia à benefício da sociedade.

Marco Delgado é Conselheiro da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE